

A transfobia como violência urbana no jornalismo da TV Liberal: análise da cobertura do caso de agressão a uma travesti por taxistas em Belém/PA¹

Lucas da Silva COSTA²
Lucas Rocha dos SANTOS³
Taymã Rodrigo Oliveira CARNEIRO⁴
Elias Santos SEREJO⁵
Lorena Cruz ESTEVES⁶
Universidade Federal do Pará, Belém, PA

Resumo

Este artigo propõe analisar a cobertura jornalística da emissora paraense TV Liberal, afiliada à Rede Globo, sobre os taxistas que agrediram uma adolescente travesti, com a presença de policiais militares, em Belém, no dia 20 de outubro de 2016. O caso de transfobia foi tratado como violência urbana, na categoria linchamento, colocando a travesti como vítima das agressões e suspeita de delitos, mesmo sem provas. Partindo da contextualização sobre gênero e sexo, a análise estuda a violação dos direitos humanos em relação à população travesti nos meios de comunicação. Outros critérios de análise foram a espetacularização (DEBORD, 1997), a (in)visibilidade e a multivocalidade (WERTSCH, 1998).

Palavras-chave: Telejornalismo; Direitos Humanos; Cidadania; LGBT; Identidade de Gênero.

¹ Trabalho apresentado no IJ07 – Comunicação, Espaço e Cidadania do Intercom Júnior - XIII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de Graduação 5º. semestre do Curso de Comunicação Social Jornalismo da Facom-UFPA, email: luucascosta95@gmail.com

³ Estudante de Graduação 5º. semestre do Curso de Comunicação Social Publicidade e Propaganda da Facom-UFPA, email: lucaasryaan@gmail.com

⁴ Estudante de Graduação 5º. semestre do Curso de Comunicação Social Jornalismo da Facom-UFPA, email: taymarodrigo@gmail.com

⁵ Coautor do trabalho. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Linguagens e Cultura da Universidade da Amazônia e membro do Grupo de Pesquisa Comunicação, Política e Amazônia - COMPOA. Email: eliassantos1001@gmail.com.

⁶ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Comunicação Social Jornalismo da Facom-UFPA e membro do Grupo de Pesquisa Comunicação, Política e Amazônia - COMPOA. Email: estevesjornalismo@gmail.com

Introdução

O sexo e o gênero são dois aspectos que acabaram se misturando quando se fala em diversidade sexual. Embora utilizado pelas correntes feministas a partir da década de 1970 para diferenciar o biológico do social, o olhar mais dissociado do gênero em relação ao sexo vem à tona a partir da perspectiva pós-estruturalista do feminismo anglo-saxão, a partir dos anos 1990. Assim, o conceito de gênero passa a não estar inteiramente associado ao sexo, mas também às práticas culturais e sociais do indivíduo (LOURO, 1997).

Ao dirigir o foco para o caráter “fundamentalmente social”, não há, contudo, a pretensão de negar que o gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas. (...). O conceito pretende se referir ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas (...). (LOURO, 1997, pg. 21-22)

Os embates que permeiam o movimento pelos direitos de igualdade de gênero e orientação sexual⁷ buscam identificar as diversidades que, de modo geral, também são invisibilizadas em discurso na sociedade. A representatividade do movimento feminista e do movimento de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros (LGBT), este em sua maioria representado por homens e mulheres cis e homossexuais, têm se estabelecido, por muito tempo, como no centro deste debate (BENTO, 2011): o feminismo e o movimento pelo reconhecimento das orientações sexuais.

No entanto, dentro do movimento LGBT, outras comunidades também procuraram a sua devida representatividade, uma vez que o cenário da luta pelas diversidades sexuais ultrapassa a orientação sexual para também abranger as questões de identidade de gênero. Esse debate transformou a sigla GLS, que somente inclui gays,

⁷ Compreende-se por orientação sexual a atração emocional afetiva ou sexual, que podem variar entre a heterossexualidade (entre sexo/gênero distintos), a homossexualidade (entre o mesmo sexo/gênero), a bissexualidade (pelos dois sexos/gêneros) e outras tantas formas plurais de se relacionar com o objeto de desejo.

lésbicas e simpatizantes, para LGBT, integrando bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros.

Bento (2011) argumenta sobre a crítica dos teóricos *queer* à política LGBT e ao feminismo institucionalizado:

Não podemos falar dos estudos *queer* como um todo homogêneo. Mas há pontos de unidade, entre eles, a crítica à concepção de sujeito herdado do iluminismo e que continua operando as políticas dos Estados e dos movimentos sociais; a impossibilidade de analisar o corpo às margens dos dispositivos de poder que produzem a naturalização das identidades; a ideia de que não existe uma essência masculina e feminina, o gênero só pode ser compreendido quando remetido às práticas performatizadas; a crítica aos binarismos (mulher x homem; negro x branco; gay x branco; ativo x passivo). (BENTO, 2011, p. 88)

Um exemplo são as comunidades de transexuais e de travestis que aproximam-se, de forma não explícita, do feminismo quando buscam pela identidade de gênero. Estas tentam evidenciar a visibilidade das pessoas que se definem como pertencente ao gênero diferente de sua sexualidade estabelecida pelo nascimento, independente da orientação sexual. Portanto, o gênero é enxergado enquanto ação, a partir das “práticas (que) são classificadas ‘masculinas’ ou ‘femininas’” (BENTO, 2011). Outros, são as pessoas *queer*, *intersex*, assexuadas e não pertencentes, que transformam a sigla para LGBTQIA.

As travestis, por sua vez, formam um grupo que, muitas vezes, é associado à marginalização, o que acaba por repercutir nos produtos jornalísticos. Essa repercussão pode partir de um senso comum, estabelecido em sociedade, configurando um imaginário, “uma força social de ordem espiritual, uma construção mental” (MAFFESOLI, 2006).

Ademais do imaginário criado a partir do que a sociedade, de modo geral, pensa acerca das travestis, em relações comumente associadas à prostituição, violência urbana e marginalização, essa população enfrenta o que, na proposta da teoria da

performatividade, em Judith Butler, são as diferenças sexuais, não somente pelo corpo, mas pelas práticas discursivas (BUTLER, 2003).

A partir desse ponto de vista as travestis, além de não se enquadrarem nos padrões da heteronormatividade⁸, performam (BUTLER, 2003) um gênero que não o gênero biológico que possuem, logo, não condiz com o que a sociedade heteronormativa considera normal, transgredindo o padrão sexual imposto. Isso se dá por meio do comportamento, das relações sociais e, inclusive, pelo sua identificação enquanto indivíduo.

Consideramos, a fim de pressuposto de pesquisa, que a nomenclatura travesti foi estabelecida a partir de fenômenos culturais e definida pela Conferência Nacional em 2008, como informa o Manual de Comunicação LGBT (MARTINS, 2009). O termo é empregado para identificar pessoa que possui a identidade de gênero oposta ao sexo biológico, seja ela do sexo masculino ou feminino. A definição de travesti, proposta pelo Manual (2008), também estabelece que as modificações dos corpos não é regra para todas, embora muitas realizem processos de alterações hormonais, aplicações de silicone e\ou cirurgias plásticas.

O percurso desta pesquisa é, então, analisar a cobertura feita por uma emissora paraense de televisão aberta, com sede em Belém do Pará: a TV Liberal. O caso estudado é o vídeo que mostra o momento do espancamento de uma travesti por taxistas na presença de policiais militares, ocorrido no dia 20 de outubro de 2016.

Como metodologia são considerados os seguintes critérios de análise: violação dos direitos humanos, a partir das definições do Guia de Violação de Direitos Humanos na Mídia Brasileira (VARJÃO, 2015); espetacularização, usando as definições de “sociedade do espetáculo” de Guy Debord (1997); multivocalidade, conceito de James

⁸ De acordo com o Manual de Comunicação LGBT, a expressão descreve ou identifica uma norma social em relação aos padrões heterossexuais, uma conduta considerada padrão a partir da heterossexualidade, a qual sugere uma postura social e cultural. Disponível em: <http://unaid.org.br/wp-content/uploads/2015/09/Manual-de-Comunica%C3%A7%C3%A3o-LGBT.pdf>. Acesso em 11/07/2017.

V. Wertsch (1998); e as definições do Manual de Comunicação LGBT (MARTINS, 2009).

São analisadas, diante dos pressupostos citados, três reportagens veiculadas nos dias 20 e 21 de outubro, repercutindo o vídeo do espancamento, antes publicado nas redes sociais.

A programação jornalística da TV Liberal

A TV Liberal é um dos principais veículos de comunicação do grupo ORM, afiliado à Rede Globo. A emissora produz telejornais e programas de entretenimento, destes são telejornais: o Bom Dia Pará, veiculado às 6h, de segunda a sexta-feira; o Jornal Liberal 1ª Edição às 12h de segunda a sexta e 12h30 aos sábados; o Jornal Liberal 2ª Edição, às 19h05, veiculado de segunda à sábado; o programa É Do Pará, nos sábados, às 12h; e o Liberal Comunidade, às 7h nos domingos.

Os produtos jornalísticos, em sua maioria, são compostos de matérias construídas a partir da linha editorial da Rede Globo. A proposta jornalística do grupo é adotar uma conduta de isenção e fácil acesso para diversos públicos, em especial, as classes C e D (GLOBO, 2011).

Cada veículo tem um público-alvo e deve agir de acordo com as características dele, adaptando a elas pauta, linguagem e formato. Mas, para o Grupo Globo, todo público tem um alto poder de discernimento e entendimento: o menos culto dos homens é capaz de decidir o que é melhor para si, escolhe visando à qualidade e entende tudo o que lhe é relatado de forma competente. Essa convicção deve ser levada em conta especialmente pelos veículos de massa que produzem informação para pessoas de todos os níveis de instrução. Nesse caso, a linguagem e o formato não devem ser rebuscados a ponto de afastar os menos letrados nem simplórios a ponto de afastar os mais instruídos. (GLOBO, 2011, p. 19)

Para a análise, três reportagens foram selecionadas, sendo uma veiculada no Jornal Liberal 1ª Edição (JL1) e duas no Jornal Liberal 2ª Edição (JL2). O VT1,

publicado no dia 20 de outubro no JL2, é um conteúdo *Hard News*⁹. Já as matérias do VT2 e VT3, veiculadas no dia 21 de outubro, a primeira no JL1 e a segunda no JL2, fazem a repercussão do fato trazendo novas informações.

A cobertura jornalística do caso

Na madrugada do dia 20 de outubro de 2016, uma travesti foi espancada por taxistas na Avenida Doca de Souza Franco, uma das principais vias da cidade de Belém. Localizada em um bairro nobre, na avenida estão situados restaurantes sofisticados e condomínios de luxo, além de um *shopping center*. O espancamento ocorreu próximo a um ponto de táxi, e foi registrado por um morador da área. O vídeo foi compartilhado nas redes sociais e mostra a travesti no chão, sendo espancada por diversos homens, com uniforme da Cooperativa de Motoristas de Táxi da Doca, localizada nas proximidades de onde ocorreu o espancamento. Também é registrada a chegada de dois policiais militares ao local, que não interromperam o espancamento, e os agressores tampouco se intimidam com a presença deles e continuam a agressão.

Como critérios metodológicos, utilizamos para análise, definições do Guia de Violações de Direitos Humanos na Mídia Brasileira (VARJÃO, 2015), do Manual de Comunicação LGBT (MARTINS, 2009), as definições de “sociedade do espetáculo”(DEBORD, 1997), e de multivocalidade (WERSTCH, 1998), e chegou-se a um quadro que resume as violações e irregularidades encontradas nas 3 reportagens analisadas.

⁹ Do inglês, "notícia importante", refere-se a toda notícia relevante e atual que necessitará de uma explicação aprofundada pois é complexa, geralmente referente a temas com política ou economia.

Quadro 1: Análise de violações na cobertura do caso

Crítérios de análise	VT 1 (JL 2Ed.) - 20-10-2016¹⁰	VT 2 (JL 1Ed.) - 21-10-2016¹¹	VT 3 (JL 2Ed.) - 21-10-2016¹²
Violação dos direitos humanos	Exposição indevida de pessoa; Desrespeito à presunção de inocência. Não atende os critérios de nomeação para travestis	Exposição indevida de pessoa; Desrespeito à presunção de inocência.	Exposição indevida de pessoa; Desrespeito à presunção de inocência (não muito claro).
Espetacularização	Descrição das imagens; exploração da violência	Descrição das imagens; exploração da violência	Exploração das imagens
Multivocalidade	Não há, em parte; Prioriza a versão dos agressores; Trata o caso de transfobia como violência gratuita.	Há, em parte; Prioriza a versão dos agressores; Trata o caso de transfobia como violência gratuita.	Há, em parte; Trata o caso de transfobia como violência gratuita.

Fonte: Autores.

Violação dos Direitos Humanos

Todas as matérias produzidas pelo telejornal cometeram a violação de Exposição indevida de pessoa, quando são exploradas a identidade e/ou intimidade de uma pessoa, de qualquer idade, sexo ou orientação sexual, vítima ou não de violência(s)

¹⁰ Disponível em

<http://g1.globo.com/pa/para/jornal-liberal-2edicao/videos/t/edicoes/v/uma-pessoa-foi-brutalmente-agredida-na-madrugada-desta-quinta-em-belem/5392096/> Acessado em 11/07/2017

¹¹ Disponível em

<http://g1.globo.com/pa/para/jornal-liberal-1edicao/videos/t/edicoes/v/pms-que-nao-impediram-agressao-a-travesti-sao-afastados/5393985/> Acessado em 11/07/2017

¹² Disponível em

<http://g1.globo.com/pa/para/jornal-liberal-2edicao/videos/t/edicoes/v/policiais-militares-que-nao-impediram-espacamento-de-adolescente-sao-afastados/5394898/> Acessado em 11/07/2017

físicas, ocasionando no constrangimento público e expondo-a ao estigma social (VARJÃO, 2015). Todas as matérias analisadas mostraram o vídeo feito por um morador da área, e dão ênfase na descrição do vídeo, nos momentos em que a vítima é agredida no rosto e arrastada pelos cabelos por um dos agressores na presença dos policiais, expondo a vítima também ao estigma social.

A pessoa que aparece caída no chão não oferece resistência, mas recebe um chute desse homem de camisa preta. Agora, outro homem se aproxima e o chute é na cabeça. A vítima está com o rosto todo machucado. De repente chegam dois policiais militares, mas a presença deles não intimida os agressores, os PMs não fazem nada para impedir a violência, e as agressões continuam. A vítima é puxada pelos cabelos. A imagem mostra vários táxis estacionados no local e a viatura da polícia. (REPÓRTER - VT 1 JL 2Ed, 20/10/16)

As matérias apresentam, ainda, o desrespeito à presunção de inocência ao não expor as provas que possam corroborar para a tratar a vítima da agressão enquanto suspeita do cometimento de algum crime (VARJÃO, 2015). No trecho do VT1 o qual a repórter diz que “a Delegacia de Crimes Discriminatórios informou que está investigando o caso, e está tentando localizar a vítima. Taxistas da área disseram que o travesti pratica assaltos, e já agrediu um motorista”, fica exposta a superficialidade na abordagem do caso, que pode gerar a interpretação que a vítima possa ter sido culpada, antes mesmo de julgamento e condenação, desrespeitando o artigo 5º, inciso LVII da Constituição Federal (FEDERAL, 2008).

Em um trecho do VT 1, a vítima é chamada duas vezes pelo artigo masculino: “O Movimento LGBT do Pará, que defende o respeito à diversidade sexual, falou que a vítima é um travesti de 16 anos. (...) Taxistas da área disseram que o travesti pratica assaltos, e já agrediu um motorista.”(REPÓRTER - VT1 JL 2Ed, 20/10/16). De acordo com o Manual de Comunicação LGBT, este é um termo errado. Considerando que travestis são pessoas que tem sua identidade de gênero oposta ao seu sexo biológico, deve ser utilizado o artigo feminino “A”, para designar a travesti que possui corpo, seios, vestimentas, cabelos, e formas ligadas ao gênero feminino (MARTINS, 2009).

As três matérias apresentam as falas dos policiais que negligenciaram socorro, e dos taxistas da companhia próxima ao local do crime, invisibilizando o lado da vítima, que só é defendida, de forma não muito explícita, nas falas de uma representante dos movimentos sociais de defesa dos direitos de LGBTs, e da defensora pública Juliana Oliveira, responsável pelo caso que só aparece na última matéria.

Fisicamente ela está bem, emocionalmente está bastante traumatizada, ela tem várias lesões, mas ela está sendo tratada pelo Serviço Público de Saúde. Foi uma barbárie, todos sabem que não é permitido fazer justiça pelas próprias mãos. (DEFENSORA PÚBLICA JULIANA - VT 3 JL 2Ed, 21/10/16)

Observa-se que esta é a primeira vez que a vítima está em uma matéria como uma voz, sobre seu estado emocional e físico após a agressão. Isto mostra que não houve um interesse inicial em mostrar o ponto de vista da vítima quanto ao acontecido, e ao ponto em que a terceira matéria foi veiculada, já existia uma construção sobre o papel da travesti no caso, o de que praticava assaltos no local, e por isso a agressão.

São ouvidas fontes oficiais da Polícia Militar, que não explicam a conduta dos policiais durante a agressão, mas defendem o treinamento dado aos PMs, em que o tipo de comportamento apresentado não é aceito. As falas na matéria, de certa forma, reafirmam o trabalho da Polícia Militar de proteção da sociedade e manutenção da paz, mas não responsabilizam a conduta dos policiais em questão.

Eles vão permanecer na administração do quartel, na parte interna, prestando atividades internas enquanto perdurar a apuração do inquérito, a atitude dos policiais numa situação dessa é de, em primeiro lugar, preservar a vida de quem está sendo agredido. E as imagens ali são bem substanciais e já dá para ter uma informação, um pré-julgamento do que ocorreu. Agora no curso do inquérito os policiais vão ter o direito de se defender. (CORREGEDOR GERAL DA POLÍCIA MILITAR DILSON JÚNIOR - VT 2 JL 1Ed, 21/10/16)

Isto reafirma a imagem da Polícia Militar como órgão de proteção social, criando uma ideia de que os policiais envolvidos no caso são figuras ímpares dentro da instituição, logo, a matéria sustenta a imagem da polícia, de guardadora da paz e ordem

da sociedade, ignorando o fato de que a polícia apresenta, historicamente, diversos desvios de conduta e é objeto de protestos de pessoas que não obtiveram justiça em crimes cometidos pela por ela, como o movimento Mães de Maio¹³.

Os taxistas justificam a agressão dizendo que a vítima era conhecida por realizar assaltos pelas redondezas, no entanto, não foi apresentada nenhuma prova de que isto fosse verdade, logo, a acusação dos taxistas é tomada como verdade na matéria, justificando a violência e, de certa forma, estimulando-a. “Pelo menos seis taxistas participaram do crime, para a polícia militar eles disseram que a travesti teria assaltado um taxista” (REPÓRTER - VT 2 JL 1Ed, 21/10/17)

Espetacularização

“Sociedade do espetáculo” é um conceito desenvolvido pelo teórico francês Guy Debord. Para o teórico há uma mídia e uma sociedade de consumo organizadas em torno da produção e consumo de imagens, mercadorias e eventos culturais (DEBORD apud KELLNER, 2006).

Todas as matérias analisadas trabalham com imagens espetacularizadas. No VT 1, após a chamada do apresentador, a matéria é iniciada com o vídeo da agressão, a repórter narra todos os atos dos agressores: chutes no rosto da vítima, ela sendo arrastada pelos cabelos, a chegada dos policiais ao local e continuação da agressão mesmo com a presença deles.

A pessoa que aparece caída no chão não oferece resistência, mas recebe um chute desse homem de camisa preta. Agora, outro homem se aproxima e o chute é na cabeça. A vítima está com o rosto todo machucado. De repente chegam dois policiais militares, mas a presença deles não intimida os agressores, os PMs não fazem nada para impedir a violência, e as agressões continuam. A vítima é puxada pelos cabelos. A imagem mostra vários táxis estacionados no local e a viatura da polícia (REPÓRTER - VT1 JL 2Ed, 20\10\2016).

¹³Movimento que reúne centenas de mães e familiares que buscam a punição dos responsáveis pela chacina ocorrida em maio de 2006, em São Paulo, em que 493 pessoas foram assassinadas, sendo a maioria composta por negros, pobres e moradores das margens das cidades.

No vídeo reproduzido há a tentativa de proteção da identidade da vítima e dos agressores com a utilização de *blur* nos rostos, no entanto, com a reprodução do vídeo, é possível perceber momentos em que a vítima está seminua (VT 1 - 0:17). Em todas as matérias, o vídeo é reproduzido pelo menos três vezes. No VT 1 ele abre a matéria, sendo reproduzido por 25 segundos durante o off da repórter, que o descreve. Depois é reproduzido novamente no momento na análise do Promotor de Justiça Militar Armando Brasil (VT 1 - 1:26), volta a ser reproduzido durante um off da repórter (VT 1 - 1:54), em que ela chama a vítima pelo artigo masculino usando como fonte o Movimento LGBT do Pará, no mesmo off a repórter fala que, de acordo com os taxistas, a vítima costumava praticar assaltos (VT 1 - 2:09), nesse momento é mostrado imagens dos taxistas e em seguida, novamente o vídeo, o que, de certa forma, valida o discurso dos taxistas.

O Movimento LGBT do Pará, que defende o respeito à diversidade sexual, falou que a vítima é um travesti de 16 anos. A Delegacia de Crimes Discriminatórios informou que está investigando o caso, e ta tentando localizar a vítima. Taxistas da área disseram que o travesti pratica assaltos, e já agrediu um motorista. A presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB no Pará, lamentou o comportamento de todos que aparecem no vídeo (REPÓRTER - VT1 JL 2Ed, 20\10\2016).

Na mesma matéria, o vídeo volta a ser mostrado durante a fala da presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil no Pará Luana Thomaz. No VT2, o vídeo é reproduzido cinco vezes, e no VT 3, quatro. Nas duas primeiras matérias, há ainda o depoimento do morador do bairro que gravou o vídeo, onde ele descreve os barulhos ouvidos durante a agressão, em que, segundo ele, eram muito altos e pareciam alguém sendo torturado. O morador não é identificado na matéria, mas sua fala explora as sensações geradas pela violência presenciada por ele.

Era umas cinco horas da manhã quando eu acordei com os gritos, uns urros altos e eu fiquei até espantado porque é como se alguém tivesse sendo torturado mesmo! É um absurdo, né a polícia lá e não fez nada, não recolheu nem impediu que isso acontecesse (TESTEMUNHA - VT1 JL 2Ed, 20/10/2016).

Este trecho mostra a exploração do fato como forma de espetacularização. Mesmo com a identidade protegida, a testemunha descreve as sensações de ter presenciado a agressão, a comparando com sons que lembravam alguém sendo torturado, e mostram a brutalidade da agressão.

Multivocalidade

A multivocalidade é o contrário de univocalidade (WERTSCH, 1998), nela a comunicação deve carregar múltiplas perspectivas com o intuito de gerar novos significados, o que não acontece na univocalidade, em que o objetivo é transmitir uma informação em uma única perspectiva. Na multivocalidade, as múltiplas vozes fazem com que a informação tenda ao dinamismo, gerando uma heterogeneidade e levando ao conflito de ideias (TAKEUCHI, NONAKA, 2008). A multivocalidade é muito importante em notícias para a criação de diálogos na sociedade, principalmente sobre temas ainda considerados tabus, como a LGBTfobia.

O diálogo, que é a comunicação através de perspectivas diferentes com multivocalidade (WERTSCH, 2000), é indispensável para a criação do conhecimento. Através do diálogo, as diferenças nas perspectivas podem funcionar como um “dispositivo de raciocínio”, criando, assim, um novo significado (LOTMAN, 1988). A pessoa engajada no diálogo pode transcender ao seu mundo de pensamento. Nonaka e Takeuchi (1995) indicam que o conhecimento tácito de um indivíduo ou grupo pode ser articulado em conhecimento explícito através do diálogo. Eles enfatizam que o diálogo é indispensável para a cristalização dos conceitos a partir do conhecimento tácito. (TAKEUCHI, NONAKA, 2008)

A partir desse ponto é possível analisar o processo de multivocalidade dentro das narrativas destacadas. Exemplificando, dentro de uma reportagem, percebe-se a questão da exploração da agressão ocorrida, logo, o depoimento da testemunha, e a partir daí, sonoras em defesa da travesti e o processo de punição dos policiais militares.

Basicamente, dentre os personagens que ali estavam, a vítima foi a única que não teve seu direito de resposta. No entanto, sucedeu-se dentro do noticiado que os policiais, através do corregedor geral que seriam afastados das ruas, mas com atividades internas dentro do batalhão. E sem qualquer notícia da busca pelos agressores.

Dentro das reportagens tendenciosas, que priorizam a versão dos agressores é possível observar a invisibilidade, que não mostrou a versão da vítima agredida, sem usar o termo transfobia mas apenas grupos que combatem a violência contra LGBT no Pará como a presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB e a Coordenação do Movimento LGBT no Pará, mas que apenas cuidou da travesti, durante o processo legal contra os policiais. Qualquer abordagem às identidades LGBT tem como pano de fundo as tensões que envolvem, por exemplo, evitar a naturalização de realidades, seja a partir de uma concepção biológica do sexo, seja de concepções de gênero. A estereotipação da vítima, quando no começo da chamada o apresentador do Jornal, não respeitou os critérios de nomeação para as travestis. “Policiais militares que não impediram que um adolescente fosse espancado na Avenida Doca de Souza Franco ontem, em Belém, foram afastados das ruas. A vítima prestou depoimento hoje à tarde à polícia.”(APRESENTADOR - VT 3 JL 2Ed. - 21-10-2016).

A visibilidade social das travestis está associada, geralmente a uma dupla estereotipação na mídia: a prostituição, marcando-as como identidade com forte conotação sexual, e a violência. Segundo Borges (2007)

A mídia faz parte de uma rede de saberes – ciência, movimentos sociais, estado, igreja, entre outros – que, de forma distinta, produz e conforma ideias sobre assuntos diversificados, tais como a sexualidade. Ela é também um ator social significativo na construção e circulação de repertórios sobre as homossexualidades na contemporaneidade. Tem sido reconhecida como um campo de destacada influência na produção e reprodução de valores e sentidos sobre a sexualidade, seja pela introdução de temáticas até então consideradas tabus, seja pela forma como tem abordado essas temáticas. (BORGES, 2007 p.365)

Isso nos mostra a responsabilidade da mídia em estimular debates, e no prejuízo que a propagação de qualquer tipo de estereótipo traz à sociedade. Nessas situações, é importante sempre almejar a multivocalidade (WERTSCH, 1998), com o intuito de gerar debates quanto aos acontecimentos, sempre mostrando todos os seus lados, e suas possíveis perspectivas.

Conclusões

As matérias citadas, exploram o acontecimento de forma grosseira e sensacionalista. O fato em si é exposto diversas vezes durante as matérias. Cenas fortes são exibidas como já ditas anteriormente, a partir da descrição do vídeo gravado. Há diversos recortes do vídeo da agressão em uma mesma matéria de duração de quase quatro minutos. Exibindo a agressão dos taxistas, e a ausência dos deveres pela polícia militar em prestar socorro a vítima agredida.

Além disso, um caso de transfobia sendo tratado enquanto violência urbana, na categoria linchamento, pode pressupor que a vítima da agressão tivesse sido autora de algum delito, mesmo que não tenha sido comprovado. Vemos, então, que para não tomar um partido, buscando o ideal de isenção previsto pela linha editorial do Grupo Globo, o discurso construído pelas três reportagens assinala a invisibilidade das pessoas travestis, colocando-as, através de uma vítima de agressão exposta em praça pública, na mesma situação à margem da sociedade.

Dados da Rede Trans Brasil apontam que, em 2016, foram assassinadas 144 transexuais, travestis e transgêneros, colocando o país como líder em casos de homicídios contra essa população. Como proposta de abordagem, segundo o que foi destacado neste artigo, o olhar mais acentuado para as desigualdades sociais, marcadas pelas questões de gênero e identidades que cerceiam a orientação sexual, deve ser levado em conta ao construir uma narratividade de violência neste caso.

Referências bibliográficas

BENTO, Berenice. Política da diferença: feminismos e transexualidades. In: COLLING, Leandro. **Stonewall 40+ o que no Brasil?**. EDUFBA, 2011, p. 79-110, 2011.

BORGES, L.S. **Lesbianidade na TV**: visibilidade e “apagamento” em telenovelas brasileiras. In: GROSSI, M.; UZIEL, A.P.; MELLO, L. **Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis**. Coleção Sexualidade, gênero e sociedade. Homossexualidade e Cultura. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Centro de Documentação e Informação Coordenação de Publicações, 1996.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Editora Record, 2003.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, v. 102, p. 85-102.

MAFFESOLI, Michel. Michel Maffesoli: o imaginário é uma realidade. **Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia**, v. 1, n. 15, 2006. disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/3123/2395> acessado em 03/07/2017

MARTINS, Ferdinando et al. **Manual de comunicação LGBT**: Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Paraná: Ajir Artes Gráficas e Editora Ltda. s/d, 2009.

GLOBO, Grupo. **Princípios editoriais do Grupo Globo**. Rio de Janeiro G, v. 1, p. 2011, 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.pdf>>. Acesso em: 09 jul 2017.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia e o triunfo do espetáculo**. Sociedade midiaticizada. Rio de Janeiro: Mauad, p. 119-147, 2006.

Disponível em: <<http://xa.yimg.com/kq/groups/24630185/1930379975/name/CULTURA+DA+M%C3%8DDI+A+E+TRIUNFO+DO+ESPET%C3%81CULO.pdf>>. Acesso em: 11 jul 2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade E Educação Uma Perspectiva Pós-Estruturalista** - Petrópolis, RJ : Vozes 1997.

Disponível

em:

<<https://bibliotecaonlinedahisfj.files.wordpress.com/2015/03/genero-sexualidade-e-educacao-guacira-lobes-louro.pdf>>. Acesso em: 02 jul 2017.

TAKEUCHI, Hirotaka; NONAKA, Ikujiro. **Gestão do conhecimento**; tradução Ana Thorell - Dados Eletrônicos. - Porto Alegre: Bookman Editora, 2008.

VARJÃO, Suzana. **Violações de direitos na mídia brasileira**: ferramenta prática para identificar violações de direitos no campo da comunicação de massa. Brasília, DF : ANDI, 2015. 80p.; (Guia de monitoramento de violações de direitos; v.1)ta certo